

VI. CONCLUSÕES

A preocupação fundamental do presente estudo, como já foi salientado, foi a de verificar a importância da renda da família como causa de melhora do seu estado nutricional, medido pela disponibilidade de calorias e proteínas derivada das quantidades compradas dos alimentos mais comuns nas dietas da população paulistana. As outras variáveis que, além da renda, foram incorporadas à análise tiveram o objetivo básico de permitir isolar, quando do tratamento estatístico dos dados, a influência da renda e, por esse motivo, foram tratadas apenas superficialmente no trabalho.

Com relação à renda, o capítulo IV mostrou que, no geral, o acréscimo dos elementos nutricionais considerados é relativamente pequeno, quando se simulou um aumento de 50% na renda das famílias.

Viu-se também que, apesar de as deficiências calóricas serem maiores que as proteínas no Brasil, e em São Paulo em particular, como têm demonstrado diversos estudos, o suposto aumento na renda teve um impacto mais forte no consumo de proteínas que no de calorias, o que se explica pelo fato de que, dos oito alimentos selecionados, foram em geral os de origem animal - essencialmente proteicos - que tiveram as maiores elasticidades-renda, embora o feijão - também rico em proteínas - tenha se apresentado como um bem inferior.

No geral, entretanto, observou-se um papel aparentemente pouco expressivo da renda como fonte de melhora do estado nutricional, via aumento na disponibilidade de calorias e proteínas. Esse resultado, porém, deve ser interpretado com muito cuidado, dados as restrições impostas a este tipo de trabalho, tanto pelas características dos dados de Orçamentos Familiares, já apontados anteriormente, como pela própria metodologia aplicada.

Nesse sentido, um dos problemas principais está ligado ao fato de que os resultados são válidos para a média de cada classe de renda, não permitindo portanto, verificar o comportamento do consumo e da evolução do estado nutricional das famílias efetivamente com deficits nutricionais frente à renda, para as quais talvez as elasticidades-renda seriam maiores que para aquelas sem graves problemas. O estudo da FIPE já referido anteriormente (36) é um bom exemplo para este ponto, ao mostrar que, enquanto na média as famílias paulistanas de baixa renda dispõem de aportes calóricos e proteicos, diários que excedem suas necessidades (a exceção de uma pequena deficiência calórica média de 5,22% na faixa de renda até 0,5 salário

mínimo per capita), quando a análise foi feita ao nível de cada família revelou que apenas 38,5% dessas famílias suprem suas necessidades de calorias e 77,7% suas necessidade de proteínas. Outro estudo também para a cidade de São Paulo sobre a desnutrição na infância (37), realizado a nível do indivíduo, fornece subsídios adicionais sobre o ponto que se está discutindo. Essa pesquisa mostrou que enquanto a classe de renda mais baixa (de 0 a 0,5 salário mínimo familiar per capita) apresentou uma forte prevalência de crianças desnutridas da ordem de 46%, número este estimado através de indicadores clínicos de desnutrição, nas quatro classes subsequentes esses números foram de 33%, 21%, 15% e 11%, da menor para a maior.

Estes dados sugerem a vulnerabilidade dos resultados de uma pesquisa aos métodos estatísticos empregados, uma vez que as evidências encontradas pelo presente trabalho são contraditórias com as obtidas pelos dois estudos acima citados, principalmente quando se leva em conta que os três estudos se referem à mesma população.

Dessa forma, parece pouco seguro extrair conclusões que sirvam de indicadores para política econômica a partir dos resultados encontrados neste estudo. O pouco que pode ser dito a este respeito, com base nos resultados obtidos, é que programas governamentais visando elevar o nível de renda das populações de baixa renda, via políticas de redistribuição de renda ou de criação de maiores oportunidades de emprego, terão efeitos mais marcantes sobre a demanda de produtos de origem animal. Isso, por sua vez, implica na necessidade de medidas adicionais do lado da produção e distribuição de alimentos, no sentido de evitar que a expansão na demanda por esses produtos provoque elevações em seus preços, o que neutralizaria pelo menos parte dos efeitos positivos do aumento da renda sobre o consumo.

Quanto a influência do tamanho da família, os resultados mostraram que o consumo de alimentos e a ingestão de nutrientes em termos médios (per capita), na classe de renda baixa se reduzem à medida em que o número de pessoas da família cresce, o que é uma forma de resolver parcialmente o problema do escasso orçamento familiar. E como se viu, a consequência disso pode ser uma queda no padrão nutricional dos membros da família ou não, se neste último caso a redução nas quantidades per capita de alimentos compradas for compensada por uma maior eficiência no preparo das dietas, que melhore dessa forma o aproveitamento dos alimentos disponíveis.

Finalmente, no que diz respeito ao nível de educação da mãe, verificou-se que este apareceu como variável pouco relevante na determinação do estado nutricional das famílias medido pelo consumo de alimentos, o que de certa forma não surpreende: educação formal em si deve ter uma influência apenas indireta no estado nutricional, na medida em que pode ser responsável por maiores cuidados com saúde, higiene e preparo de alimentos ou como "handicap" para absorver programas específicos de educação nutricional.